



VIII Congresso “Cultura Europea”

PASSING TIME ABROAD: EXPERIENCE FROM PHD PORTUGUESE RESEARCHERS

Emília Rodrigues Araújo*

INTRODUÇÃO

Este artigo sustenta a ideia de que, apesar da valorização política da mobilidade em termos latos, é necessário reflectir mais acuradamente sobre a suposição de senso comum de que a mobilidade é uma panaceia para resolver diversos problemas, assim como o resultado de uma boa consciência científica. Em geral, os resultados deste estudo conduzem-nos para a ideia de que a mobilidade não é sempre o resultado de escolhas pessoais nem é um indicador do nível de desenvolvimento científico em determinado país.

A investigação centra-se exclusivamente na mobilidade de estudantes portugueses de doutoramento, as suas motivações e interesses. Adicionalmente, pretende dar conta das implicações da mobilidade na vida dos indivíduos e no processo de desenvolvimento científico, assim como discutir a criação de políticas neste domínio.

Após a apresentação da metodologia, são localizadas as tendências mais importantes a respeito da internacionalização da investigação portuguesa a nível do doutoramento. Seguidamente, a autora formula as hipóteses centrais relativas à mobilidade, em três escalas de análise: a organizacional, a pessoal e a institucional. A primeira hipótese atende às percepções que as pessoas têm do processo doutoral noutros países. A segunda hipótese toma em consideração a influência das variáveis familiares e pessoais no processo de tomada de decisão. A terceira hipótese pretende desconstruir as percepções que os estudantes de doutoramento têm da importância e extensão das redes de conhecimento. A autora conclui sinalizando algumas das questões fundamentais a respeito da integração e dos programas de mobilidade ao nível europeu.

MÉTODO

Foram utilizadas três fontes principais de informação: (i) dados fornecidos pelo Observatório da Ciência e do Ensino Superior, (ii) informações recolhidas através de entrevistas a estudantes de doutoramento portugueses, e (iii) informações obtidas mediante um questionário aplicado a 1800 professores de duas universidades portuguesas, compreendendo perguntas relacionadas com as condições de trabalho, perspectivas profissionais e representações relativas à relevância da mobilidade.

O primeiro tipo de dados centra-se particularmente nas últimas informações sobre o número de doutoramentos concluídos no estrangeiro. As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2000 e 2003, referindo-se a dois momentos diferentes na experiência dos entrevistados: a fase inicial do doutoramento e após a defesa da tese no país de acolhimento. Na fase inicial, foram realizadas 38 entrevistas com alunos de todas as áreas científicas a trabalhar em duas universidades portuguesas. Dos trinta e oito participantes, nove prosseguiram o seu projecto doutoral no estrangeiro. Desta forma, dois anos depois, em 2003, eles foram contactados novamente de forma a analisar o modo como avaliam a sua permanência no estrangeiro. O inquérito foi aplicado, em 2003, a todos os professores das duas universidades em causa. No caso desta amostra, foi seguido o método probabilístico: 1800 questionários foram enviados mas apenas 273 foram devolvidos. Apesar da baixa taxa de resposta, estes resultados foram utilizados, dada a elevada consistência com os obtidos através das entrevistas individuais a professores.

* Universidad do Minho. Portugal. Trata-se de uma versão do artigo publicado na Higher Education Review, Dezembro de 2007.



QUESTÕES CENTRAIS

Com base nas várias fontes de informação, podemos dividir as questões mais prementes que Portugal enfrenta actualmente, em matéria de recursos humanos em investigação e desenvolvimento, em três pontos principais:

- i. O Ensino Superior (universidades e centros de investigação) está a atravessar um período de crise financeira, o que implica cortes no recrutamento de jovens investigadores.
- ii. O número de efectivos no domínio da investigação inclui cada vez mais aqueles que não conseguem encontrar o emprego desejado no mercado de trabalho e, assim, escolhem trabalhar em investigação através de bolsas.
- iii. Há uma tendência crescente para basear a investigação científica nos trabalhos de jovens investigadores, que exercem funções como assistentes, com bolsas em centros de investigação e universidades.

Em função destes indicadores, é compreensível que os estudantes, na medida do possível, optimizem a possibilidade de ter uma fonte de financiamento para os seus doutoramentos, preferindo ir para outro país, ainda que o concebam como uma experiência difícil, devido às diferenças culturais e à ausência de redes sociais e familiares.

TENDENCIAS

Os dados do Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais (2007) e de Auriol (2007) permitem-nos referenciar que o número de investigadores portugueses que se deslocam para o estrangeiro de forma a concluir os seus doutoramentos aumentou entre 1970 e 1998. A partir de então, a percentagem foi sofrendo um decréscimo, até 2001. Após este ano, houve uma tendência para a estabilização, sendo que os números actuais encontram-se entre 160 e 180 doutorandos por ano. Reino Unido, França, E.U.A. e Espanha são os países de destino mais frequentemente escolhidos. A este nível é de salientar que, em 2005, Espanha surge como o país escolhido por 23,5% dos estudantes que vão para o estrangeiro.

A procura de um doutoramento num país estrangeiro ocorre em diferentes áreas científicas, embora seja particularmente evidente nos casos da Biologia, Matemática, Física, Electrotecnia e Informática, Engenharia, Economia, Gestão, Direito e Psicologia. Em 2005, Engenharia e Informática apresentaram as maiores taxas de Doutoramentos concluídos no Reino Unido, enquanto que nos E.U.A. a mesma foi favorecida pela Matemática, sendo Espanha o país mais escolhido para a realização de estudos em Ciências Sociais e Humanas, bem como em Educação e Psicologia.

Porém, é de notar que, apesar da experiência de prosseguimento de estudos no estrangeiro surgir quase como uma característica "natural" da vida dos portugueses, existem constrangimentos políticos e económicos que determinam tais escolhas. A este respeito, duas condições principais que envolvem o caso português devem ser destacadas: até à década de 80, a mobilidade científica e académica foram levadas a cabo por doutorandos dispostos a fazer investigação e prosseguir uma carreira académica; a ausência de programas em Portugal, a falta de estruturas institucionais e as barreiras à entrada das mulheres no mundo académico foram os principais factores de saída. Neste momento, a situação alterou-se e as instituições estão cada vez mais empenhadas em fomentar o nível de parceria entre os indivíduos e instituições, não só localmente, mas também a nível internacional, através do aumento do apoio financeiro pela atribuição de bolsas. A necessidade de estar em contacto com outros investigadores e definir redes de interdependência encontra-se, claramente, na mente dos jovens investigadores que decidem ir estudar para um país estrangeiro. No entanto, há outras motivações que devem ser consideradas, sendo reveladoras das contradições e lacunas entre política e programas formais e as vidas reais dos indivíduos. Estas ambiguidades serão exploradas no próximo ponto, que inicia com a apresentação das três hipóteses centrais relativas às razões que estão por



VIII Congresso “Cultura Europea”

detrás do trajecto de mobilidade em determinada fase da graduação e que apelam a três dimensões fundamentais: a organizacional, a pessoal e a institucional.

MOTIVOS DE SAÍDA

De um ponto de partida mais fenomenológico, o discurso sobre os estudos no estrangeiro revela-se extremamente individualista, ou seja, tende a centrar-se em preocupações e planos pessoais apelando às dimensões familiar e profissional. Embora os entrevistados demonstrem dificuldades em revelar claramente as suas motivações para a saída e discorrer sobre a condução do processo, é possível lançar três hipóteses principais, interligadas entre si: (i) existe uma representação muito favorável relativamente ao processo de fazer um Doutoramento num país estrangeiro, (ii) as motivações pessoais são extremamente importantes para a tomada da decisão de ir para outro país, e (iii) considera-se que ir para outro país se encontra directamente relacionado com a percepção da relevância da criação de redes nacionais e internacionais.

A primeira hipótese avançada refere-se à ampla representação do processo de doutoramento em si mesmo. As primeiras representações, baseadas em experiências pessoais anteriores bem como no acesso a informações fornecidas por amigos ou professores assumem-se como fundamentais para a decisão do caminho a seguir.

Apesar da existência de diferentes estratégias no que se refere à realização de um doutoramento, é evidente que a maioria dos candidatos ao mesmo acredita que ir para outro país, no qual eles entendem que o doutoramento se encontra bem estruturado, especialmente a nível da supervisão, é a melhor estratégia a seguir no sentido de concluir o grau no tempo certo. E como é que podemos desconstruir esta representação? A verdade é que, mesmo que a supervisão assuma um papel central na discussão relativa ao sucesso na conclusão do doutoramento, existem algumas diferenças entre os países europeus. Os mecanismos de regulação mais efectivos encontram-se nos países em que a supervisão assume uma melhor aplicação e em que as unidades de investigação dependem em larga medida de programas de doutoramento para prosseguirem com investigações inovadoras. Este é o caso no Reino Unido, onde a supervisão é em si objecto de várias medidas “institucionais”, no sentido de que a universidade, o supervisor e os estudantes se encontrem profundamente envolvidos entre si, a fim de se concluir o doutoramento com sucesso, dentro de um determinado período de tempo, normalmente enquadrado pelos prazos inerentes às bolsas (Delamont, Atkinson e Parry, 1997). Portugal está a dar os primeiros passos no que diz respeito às mudanças nos processos e procedimentos de supervisão, o que implica, indubitavelmente, mudanças nas avaliações ao nível da carreira académica e na distribuição do trabalho neste contexto, bem como nas estruturas de investigação. A importância dada à supervisão encontra-se ligada aos programas doutorais de excelência. Estes são vistos como a melhor forma de conduzir um projecto de investigação, uma vez que permitem a integração adequada dos estudantes nas exigências do trabalho que os espera e permite-lhes adquirir e desenvolver um certo conjunto de competências consideradas fundamentais para o desenvolvimento autónomo da investigação. Com efeito, um dos principais aspectos relativos à supervisão relaciona-se com o tempo regulamentar. Embora alguns doutorandos argumentam que é melhor fazer o doutoramento sem estar preso a prazos, a maioria acredita que existe a necessidade dos mesmos, bem como programas que delineiem exaustivamente o trabalho a ser feito, como demonstra o seguinte excerto, a partir das declarações de um entrevistado:

Obriga-nos a manter um ritmo constante. Se eu tivesse feito o doutoramento aqui...você tem a impressão de que, após a formalização do projecto e da aprovação do doutoramento, só tem que ter alguma coisa no final.

A personalização dos programas doutorais em Portugal é relativamente nova. Efectivamente, o doutoramento em si foi realizado principalmente por pessoas dispostas a ter uma carreira académica. Com o Processo de Bolonha e também devido à crescente pressão concorrencial entre universidades, o ensino pós-graduado vem sendo modificado, de acordo com vários tipos de regras, algumas delas bastante contraditórias. Nas universidades portuguesas, essas mudanças tendem a afectar as



identidades dos seus intervenientes, na medida em que o seu estatuto também sofre alterações. Recentemente, devido às exigências de Bolonha e de outras pressões internacionais, tem havido um aumento do número de programas de doutoramento, apesar de existirem dúvidas significativas quanto à sua aplicação e reforço, que tornam difícil argumentar a existência de reais dinâmicas de transformação.

No ponto anterior foi demonstrado que a mobilidade científica está dependente das representações apreendidas em relação à melhor maneira de completar um doutoramento no tempo, levando em consideração factores organizacionais e institucionais associados à organização da própria investigação. A segunda hipótese prevê relações entre as trajectórias de mobilidade e as motivações e aspirações privadas. Assume-se que algumas variáveis sócio-demográficas, tais como o género e o ciclo de vida, podem afectar e modelar os projectos pessoais de mobilidade, embora tal não seja tido em séria consideração na elaboração de políticas, uma vez que estas apenas tendem a salientar as vantagens e os resultados da mobilidade sem atenderem às micro escalas em que as pessoas concebem as suas vidas (Ackers, 2004).

De facto, contrariamente à hipótese de que a mobilidade académica demonstra um elevado nível de liberdade pessoal para circular e permanecer longos períodos noutros países, os dados deste estudo indicam que os jovens investigadores vêem os projectos de estudo no estrangeiro como um esforço a que se comprometem para desenvolver as suas carreiras. Apesar de o considerarem importante, eles referem que a ideia de estudar no estrangeiro provoca momentos de ansiedade nas suas vidas, uma vez que exige um rigoroso planeamento e reorganização. O tipo de compromissos que as pessoas têm em Portugal é central para o estabelecimento de prazos face à experiência de sair, daí que esta decisão seja mais difícil na existência de laços familiares, especialmente de crianças. Com efeito, a maioria dos cientistas entrevistados, apesar dos períodos no estrangeiro, admitem ter razões para não o ter feito, que se prendem com a família e redes sociais. Isto é evidenciado tanto no caso dos homens quanto das mulheres, embora seja mais intensamente vivenciado pelas últimas, que não querem deixar os seus filhos ou não têm a possibilidade de ser acompanhadas pelos cônjuges. Os dados indicam que, à semelhança das conclusões apontadas por Ackers (2004), ser solteiro(a), sem qualquer compromisso familiar, parece ser o perfil mais adequado para enfrentar um programa de mobilidade. Caso contrário, a alternativa consiste em sair do país, levando a família mais próxima, o que só é viável quando os recursos financeiros (adjudicados por uma bolsa) o permitem; a única alternativa apresenta-se no caso de o parceiro também decidir que quer ausentar-se da sua actividade profissional ou interrompe-la. Tendo presente a ideia de Ackers (2004) de que importa atender às estratégias desenvolvidas pelas pessoas de forma a fazer face aos desafios da mobilidade por toda a Europa, é notória a maior tendência para as mulheres irem juntamente com os seus maridos do que vice-versa.

Apesar das diferenças individuais, os indivíduos tendem a partilhar a ideia de que os principais efeitos desta migração temporária nas suas vidas se prendem com os seus projectos pessoais e familiares. Tal é perceptível nos discursos dos entrevistados. A título de exemplo, um entrevistado diz que:

Neste momento eu faria o mesmo. Mas a minha decisão, o meu único problema é que eu preciso do apoio da minha família. Tudo dependeria da vontade da minha família de estar comigo. Tem de ser exaustivamente discutido em casa... (E2)

Os relacionamentos emocionais são elementos estruturantes no que respeita à decisão de ir para o estrangeiro e são também uma fonte de angústia e ansiedade, especialmente quando as pessoas se sentem imbricadas em modelos tradicionais de socialização. Embora os doutoramentos sejam, geralmente, realizados por quem aspira a uma carreira académica em investigação, o momento anterior à decisão de o fazer não deixa de ser marcado pela necessidade de uma avaliação de todas as alterações que inevitavelmente irão ocorrer nas suas vidas, bem como dos seus familiares e amigos. Ackers (2004) argumenta, a este respeito, que a mobilidade representa novas pressões sobre a vida das pessoas, que se antecipam ao início da mesma tentando corresponder a várias exigências. Desta forma, na maioria dos casos, depois de concluído o doutoramento, é feito um esforço de medição da intensidade da experiência. Geralmente, quem está disposto a realizar um doutoramento começa por estabelecer um plano temporal, estimando para tal, entre três e seis anos das suas vidas. Uma vez que



a conclusão do doutoramento é entendida como um importante aspecto nas suas vidas, são habitualmente empreendidos dois tipos de estratégias relativamente à gestão do tempo biográfico: todos os eventos que poderiam acontecer, e que são entendidos como entraves à prossecução do doutoramento, são antecipados ou mesmo suspensos. Usando a antecipação ou mecanismos de atraso, as pessoas gerem eventos pessoais como o casamento, o divórcio, ter filhos, mudar de casa, comprar casa e mudar de universidade.

A experiência do tempo completo indica que o tempo de doutoramento é conceptualizado como um intervalo tido como uma “fase” (Araújo, 2005). É como que uma suspensão das suas vidas por um determinado período. Normalmente, o plano é ir para o estrangeiro, concluir o doutoramento e depois voltar. A ideia preponderante quanto ao tempo é a de que “lá fora” haverá a necessidade de trabalhar mais horas do que em Portugal. Assim, empreendem estratégias eficazes de controlo da variável tempo, de forma a persistirem e tornarem compensadora, toda a experiência. No entanto, tendem a não usufruir em pleno da experiência nas suas várias dimensões (nomeadamente, em áreas como a política e cultura). Psicologicamente, é sentido que, ao contrário do que se passa no estrangeiro, em que o tempo surge como muito longo, em Portugal ele “voa”, dada a existência de outras formas de entretenimento. Um entrevistado afirma que:

O tempo passa depressa quando estou em Portugal... Quando estou lá, tenho menos amigos e, por isso, é só trabalho. Já está tudo definido: de manhã, até ao fim do dia há apenas trabalho e laboratório.

Assim, o tempo é entendido como uma sequência lenta de acções, em parte porque eles seguem o mesmo padrão horário numa base diária. Por conseguinte, a intensidade do ritmo de trabalho dá-lhes a sensação que o tempo passa mais depressa. Um entrevistado partilha a sua ansiedade relativamente ao sentimento de isolamento no país estrangeiro:

Às vezes pergunto-me se fiz a coisa certa. ... É realmente difícil de estar afastado da família e amigos. É horrível não falar português durante todo o dia.

Individualmente, a escolha de sair (o que não é propriamente uma escolha mas um requisito institucional), exige mudanças ao nível da família e das redes sociais. A este nível, os constrangimentos económicos e expectativas de género são determinantes aquando o processo de decisão. Efectivamente, existe uma tendência para os que têm um(a) parceiro(a) e filhos recusarem a ideia de sair do país com a finalidade de realizar o Doutoramento. No total, quatro perfis parecem emergir das diferentes estratégias individuais para lidar com diversos tipos de restrições.

Perfis

- i. Indivíduos casados que levam consigo as suas famílias
- II. Indivíduos casados que deixam as suas famílias
- III. Indivíduos com parceiro
- IV. Indivíduos sem parceiro

A maioria dos entrevistados com experiência de estudos no estrangeiro eram solteiros e sem filhos. Alguns de eles tinham, no entanto, os parceiros em Portugal. Neste grupo, encontramos um aspecto interessante e que se prende com o género: os homens demonstram uma maior rapidez em assumir a necessidade de ir para o estrangeiro, pressupondo a aceitação e a colaboração das suas parceiras. Já as mulheres mais jovens tendem a demonstrar, mais frequentemente, o receio de terem de se afastar dos seus parceiros ou até mesmo perde-los, dada a distância. Mesmo considerando as limitações metodológicas do presente estudo qualitativo, que não permite generalizações, importa notar que as mulheres que pretendem movimentar-se e ter uma experiência no estrangeiro, tendem a “optar” muitas vezes por não ter qualquer tipo de relacionamento estável em Portugal. No caso dos estudantes casados, verifica-se uma superioridade dos perfis masculinos. Levando a família ou não, os homens parecem sentir-se muito mais à vontade relativamente à sua aspiração ir para o estrangeiro.



Prepondera a vontade de levar as famílias, particularmente quando os filhos têm idades inferiores aos cinco anos. Em alguns casos, isso foi conseguido através da colaboração das suas esposas, que abandonaram as suas carreiras por dois ou três anos, permanecendo nos países de acolhimento. No entanto, tal só aconteceu nos casos em que as mulheres puderam pedir licença nos seus locais de trabalho.

Na maioria dos casos, as mulheres não têm essa possibilidade e mesmo com o apoio financeiro do programa mobilidade (uma bolsa), tal não se revela suficiente para suportar as necessidades da família no país de acolhimento, onde, em regra, o custo de vida é mais elevado do que em Portugal. Assim, a maior parte dos estudantes opta por deixar as suas famílias em Portugal e aumentar a regularidade das visitas a casa. Não foi encontrado nenhum caso em que as mulheres deixassem as famílias com crianças em Portugal por um período superior a três meses, embora não haja dados suficientes para se efectuarem generalizações. Sem entrar em discussões teóricas sobre as motivações que, potencialmente, explicam esta dualidade dos trajectos de mulheres e homens, é inegável, a necessidade deste debate, tanto em Portugal e na Europa, no sentido de uma reflexão mais cuidada e de uma programação científica e das carreiras académicas que tenha em atenção os efeitos de género ao nível da interrupção das carreiras. Isto revela-se de suma importância atendendo ao facto de todos os sistemas de avaliação (tanto das universidades quanto das carreiras individuais) parecerem centrar a atenção em indicadores e critérios que são acumulados através do tempo sem considerar as diferenças afectivas nos trajectos dos homens e das mulheres (Moguérou, 2006, p.35).

Os doutorandos estão bem conscientes da necessidade e importância da experiência no estrangeiro e do impacto da mesma nas suas vidas. Ela irá proporcionar-lhes educação, capital humano e laços com instituições estrangeiras, que irão desempenhar um papel extremamente importante após o seu regresso a Portugal. No entanto, apesar da importância atribuída à conclusão de um doutoramento, os estudantes lembram que a parte mais dolorosa foi lidar com o isolamento social, assumindo-se também, por vezes, um sentimento de alguma discriminação social.

Em geral, parece inegável que as pessoas estão conscientes da importância de integrar e desenvolver trabalhos dentro de redes de investigação. Três anos após a primeira entrevista, os estudantes admitem que os laços criados com investigadores estrangeiros foram fundamentais para o seu desenvolvimento como cientistas. Os entrevistados estavam cientes da elevada importância da mobilidade profissional, nomeadamente pela promoção e lançamento da sua investigação num processo de internacionalização. Esta ideia é reconhecida por professores e supervisores. Os investigadores sentem que a qualidade da sua investigação pode ser dependente da sua capacidade para adquirir outras competências, aceder a dados diferentes e usar equipamento adequado para a realização das suas experiências. Na verdade, todo o processo de decisão é moldado e estimulado durante vários anos, por vezes, a partir do final do nível de graduação anterior. Os supervisores dos departamentos onde os doutorandos trabalharam têm uma forte influência na condução do processo, utilizando as suas próprias redes de conhecimento para inserir o jovem investigador no estrangeiro, que eles próprios conhecem. Globalmente, a experiência no estrangeiro, faz prever uma certa facilidade no contacto com outros contextos culturais, favorecendo o estabelecimento de relações com redes internacionais, o que é assumido como a grande consequência deste tipo de experiência. No entanto, todos os entrevistados, com base nas suas próprias experiências, afirmaram que não é suficiente ir para outro país e lá permanecer para aceder à dinâmica das redes. É necessário um sentimento continuado de pertença a essas redes; o uso de tecnologias de informação para ficar permanentemente em ligação é pois imperativo. Assim, como afirma Ackers (2003, 2004), a criação de redes e internacionalização não são apenas funções que se movem. Elas são posturas e formas de estar em investigação.

Observações finais

Os discursos individuais acerca das “opções” em matéria de mobilidade só podem ser problematizados e compreendidos se a posição periférica ocupada por Portugal face à Europa desde há muito, for tomada em consideração. Actualmente, devido a esta histórica posição, é extremamente



difícil definir em que medida a mobilidade pode ser considerada uma vantagem da política de investigação portuguesa, contribuindo para a internacionalização e participação em redes, e em que medida é a única forma que os investigadores e governos encontraram para lidar com a ausência de estratégias especificamente dirigidas à valorização de um mercado de recursos humanos em investigação de base nacional.

Se já têm um posto de trabalho em Portugal, os indivíduos tendem a planear com antecedência o projecto de mobilidade, para que este ocorra durante um período de dispensa das obrigações inerentes à sua actividade profissional. Tal é favorável, na medida em que eles podem romper com o clientelismo e outras afiliações institucionais, mas também é uma consequência da falta de legislação, o que facilita a mobilidade dos jovens. Na verdade, todas os entrevistados eram “assistentes” que, de acordo com a lei Portuguesa não são considerados funcionários públicos, não tendo, desta forma, acesso aos mesmo direitos dos restantes professores. Estes, têm muito poucas oportunidades de garantir a dispensa do seu trabalho na universidade por qualquer período de tempo, a fim de avançar para um país estrangeiro sem perder seus contratos. Este fenómeno é também particularmente visível no caso dos professores que se propõem a realizar projectos de pós-doutoramento. Cada vez mais professores universitários, nomeadamente os mais jovens, tendo já concluído os seus doutoramentos, visam realizar um pós-doutoramento assente em parcerias (realizadas em Portugal e com outras instituições estrangeiras), porém, vêem-se impossibilitados de se afastarem do seu contexto de trabalho mesmo que por um semestre, dado o risco de perderem os seus contratos. Em estreita ligação com este aspecto podemos também analisar a mobilidade como consequência da pressão e da atmosfera vivida no seio dos universos académico e universitário, onde são visíveis a inexistência de recrutamento de jovens para carreiras académicas e de investigação e as crescentes pressões no sentido da aplicação de padrões mais elevados de avaliação.

É verificável que as universidades e os departamentos se deparam com notórias barreiras no que se refere à concessão de períodos de dispensa (o que pode também incluir licenças sabáticas), devido à escassez de pessoal para dar resposta às necessidades cada vez mais exigentes, tanto em termos organizacionais, quanto ao nível do ensino e da orientação científica. Analisada sob este ponto de vista, a mobilidade surge também como uma consequência da falta de equipamentos e apoio técnico, em certas áreas científicas, nomeadamente nas laboratoriais. Em alguns casos, os entrevistados, analisaram a sua própria experiência de mobilidade como um “sacrifício pessoal”, assinalando a necessidade da mesma, pela ausência de equipamento para realizar testes e experiências em Portugal, sendo que a sua permanência no país obrigaria à realização de teses mais teóricas ou levaria a maiores atrasos na conclusão.

A mobilidade é também resultante das representações sobre a condução dos doutoramentos noutros países, principalmente ao nível da duração dos processos: argumenta-se que seria necessário mais tempo para fazer um doutoramento em Portugal do que no estrangeiro. É de notar que alguns entrevistados afirmam claramente que a sua estadia noutro país não contribuiu de forma efectiva para um maior conhecimento ou para uma vivência mais aprofundada de outros contextos culturais. Existe, pois, uma tendência para interpretar a trajectória de mobilidade como custo de oportunidade por comparação à decisão de permanecer no país. Abraçar o projecto de mobilidade significa para eles a necessidade de romper com os laços familiares e abandonar as rotinas diárias, partes integrantes das suas vidas em Portugal. Assim, eles tendem a sentir a necessidade de trabalhar o máximo de horas possível no estrangeiro. Esta parece ser a principal razão pela qual eles realmente tendem a concluir o doutoramento mais cedo do que os seus colegas que permanecem em Portugal. Os dados indicam também que as pessoas que tencionam ir para outro país para realizar o doutoramento, normalmente planeiam sua vida pessoal com antecedência, para que não existam compromissos familiares, inclusive a necessidade de deixar crianças pequenas. A mobilidade é também uma consequência da falta de oportunidades de emprego na academia. Aqueles que não possuem contratos de trabalho duradouros vêem, na mesma, uma forma de acederem a oportunidades de emprego no estrangeiro (Gonçalves, Duarte e Saleiro, 2005; Fontes, Cabral-Cardoso, e Novais, 2005).

Efectivamente, no sentido de gerar interdependência e parcerias de trabalho entre países europeus, habitualmente argumenta-se que os debates relativos à hegemonia de certos países devem ser superados, sob a ideia de que a inovação não remete para centralidade destes mesmos países mas sim para a centralidade do conhecimento em si mesmo. É evidente que, nas sociedades



contemporâneas, o desaparecimento das fronteiras espaciais e temporais promove novas formas de desenvolvimento do conhecimento e da sua respectiva aquisição e utilização. Estes fragmentam-se, tornam-se mais fluidos, invisíveis e dependentes de redes dispersas por vários países. No entanto, pelo menos no que toca aos países periféricos, como Portugal, estas ideias assumem-se como ideológicas, na medida em que as possibilidades de estabelecer parcerias de trabalho surgem como altamente dependentes da capacidade de manipular meios instrumentais e analíticos (tais como a língua), fortemente ditados e geridos pelos países centrais.

Assim, para concluir, pode afirmar-se que o Processo de Bolonha surge como uma grande oportunidade, na medida em que todo o percurso temporal da educação formal é alterado, incluindo os programas e critérios de avaliação do doutoramento. No entanto, tal implica o empreendimento de mais projectos em parceria, em espaço nacional e internacional, bem como políticas que fomentem o desenvolvimento dos sistemas internos de pós-graduação, no sentido de atender às expectativas dos futuros investigadores. O Processo de Bolonha representa um grande desafio para universidades em todos os níveis de graduação, mas é particularmente exigente no caso da pós-graduação, nomeadamente dos estudos de doutoramento e pós-doutoramento, não obstante a necessidade de uma efectiva harmonização de métodos e programas.

BIBLIOGRAFIA

- ACKERS, H.L. “Managing Work and Family Life in Peripatetic Careers: The Experiences of Mobile Women Scientists in the EU”. Retrieved on 10 June 2007, from <http://www.leeds.ac.uk/law/cslpe/phare/No.1.pdf>, 2003.
- ACKERS, H.L. “Managing Relationships in Peripatetic Careers: Scientific Mobility in the European Union”, *Women’s Studies International Forum* 27 (3) (2004): 188–201.
- ARAUJO, E. “Understanding the PhD as a Phase in Time”, *Time and Society* 14 (2–3) (2005):191–211.
- AURIOL, L. “Labour Market Characteristics and International Mobility of Doctorate Holders:Results for Seven Countries”, STU Working Paper (2) Statistical Analysis of Science,Technology and Industry. OECD. Retrieved on 8 June 2007, from <http://www.oecd.org/sti/working-papers>, 2007.
- DELAMONT, S., ATKINSON, P. and PARRY, O. *Supervising the PhD*. Open University Press, 1997.
- FONTES, M., CABRAL-CARDOSO, C. and NOVAIS, A. “Emprego de jovens cientistas no sector empresarial: expectativas e realidade” [The Employment of Scientists in Industrial Sector: Expectations and Realities], *Comportamento Organizacional e Gestão* 11 (2005): 7–23.
- GONC, ALVES, I., DUARTE, J. and SALEIRO, H. *Situac, aõ professional dos ex-bolseiros de doutoramento* [Professional Status of Prior PhD Fellowships]. Lisbon: OCES, 2006.396
- MOGUE’ ROU, P. “The Brain Drain of PhDs from Europe to the United States: What We Know and What We Would Like to Know”, Working Paper RSCAS, 11: European University Institute. Retrieved on 12 October 2007, from <http://cadmus.eui.eu/dspace/bitstream/1814/4286/1/RSCAS%202006.11.pdf>. (2006).
- PORTUGUESE CABINET OF PLANNING, STRATEGY AND INTERNATIONAL RELATIONS. “Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas de 1970–2006” [PhDs Done or Recognized by Portuguese Universities between 1970 and 2006]. Retrieved on 12 November 2006, from http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/?id_categoria521&id_item5203335, 2007.